

# INCLUSÃO ESCOLAR

Célia Alves de Souza  
Kênia Aparecida Silva de Moraes  
Thelma Pires Gerônimo Motta

## RESUMO

Este artigo trata da importância do olhar por parte dos educadores em relação à inclusão, uma vez que esta acontece quando a escola é capaz de dar respostas às diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e a aprendizagem que é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio. Deste modo para que a inclusão seja considerada uma questão social supõe que requer o compromisso e implicação da comunidade em sua totalidade. Isto quer dizer que não só a escola deve garantir uma educação inclusiva, mas também a sociedade.

**Palavras – chave:** Inclusão escolar. Acesso. Permanência.

## 1. Introdução

A inclusão se compreende na ideia de que somos iguais porque diferimos uns dos outros e que a diferença se diferencia infinitamente em uma palavra. A escola inclusiva assegura a igualdade entre os alunos diferentes e este posicionamento lhes garante o direito à diferença na igualdade de direito a educação. A inclusão se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos (MORIÑA, 2004).

A sala de aula inclusiva deve ser conduzida como um espaço social e didático que reflita a cultura, valores e metas da escola. Além disso, uma comunidade autônoma que requer a organização para chegar a ser inclusiva.

Os docentes das salas têm altas expectativas para todos os estudantes acreditando que ambos podem aprender, nessas salas de aula, como

argumenta AINSCOW (1995). O professorado planeja a classe como um todo assumindo que excessiva ênfase em planejar para determinados estudantes pode ocultar fatores contextuais que podem utilizar para estimular e apoiar a aprendizagem de cada membro da classe. Deste modo para que a inclusão seja considerada uma questão social supõe que requer o compromisso e implicação da comunidade em sua totalidade. Isto quer dizer que não só a escola deve garantir uma educação inclusiva, mas também a sociedade. Nossa Constituição deixa bem claro que não pode haver nenhum tipo de exclusão, garante o direito de igualdade e educação para todos, portanto a educação inclusiva garante o cumprimento do direito de acesso a escola, de qualquer criança.

A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos das Pessoas com Deficiência adota um paradigma da total inclusão educacional, pois, para tal documento, o acesso à educação se dá apenas em um sistema educacional inclusivo para todos os níveis. Não é o fim do ensino especializado, mas é o fim do ensino totalmente segregado. Não se pode mais impedir o acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino comum.

A opção de uma escola em acolher as diversidades em seu meio não é fácil de ser administrada no cotidiano. No entanto, alguns alunos são recebidos sem que se saiba que apresentam necessidades educacionais especiais. Isso nos dá a dimensão de que mesmo aquelas escolas que escolhem não receber alunos com tais necessidades não têm como evitar que isso aconteça. A saída encontrada por muitas delas acaba sendo a exclusão ou a múltipla repetência do aluno. Houve muitos momentos, na escola pesquisada, de pressão de familiares de alunos, professores – e eventualmente de alguém da coordenação - para que um determinado aluno fosse excluído do contexto. Uma hipótese que levanto é que estes alunos estariam espelhando algo da instituição ou de seus membros e que não poderia ser mostrado. Talvez, as restrições cognitivas, a confusão mental, o fracasso e a falha. Por outro lado, ao serem tolerados os reflexos percebidos (mesmo aqueles que não eram fáceis de enfrentar), mais possíveis também pareciam se tornar as relações e o contato com as fragilidades institucionais.

## **2. A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ABRANGE TANTO O ACESSO COMO A PERMANÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Garantir o acesso das pessoas com deficiência é simples, basta que sua matrícula não seja recusada. Garantir a permanência, visando à igualdade de oportunidades, é a grande chave para a inclusão e também o grande desafio. A permanência de alunos com deficiência no ambiente escolar exige que tal ambiente e as pessoas que o compõem realizem transformações destinadas a adaptações às necessidades específicas dos mais diversos alunos. Só assim eles terão igualdade real de oportunidades.

Em relação à maneira de garantir a permanência do aluno com deficiência na escola, utilizam-se adaptações razoáveis com apoio necessário e medidas efetivas individualizadas de apoio. Todos esses tratamentos diferenciados são assegurados sempre com o objetivo de se garantir a inclusão plena. Às medidas necessárias a garantir a participação da pessoa com deficiência, sem ônus excessivo para as demais pessoas. Este é mais um motivo para a escola se preparar e se organizar para atender as diferenças com qualidade de ensino para todos. Assinale-se que a exclusão dos alunos com deficiência não pode ser a solução para se preservar a “qualidade” do ensino para os demais alunos, sob pena de se negar todos os demais postulados da convenção. Também não queremos confundir esse termo com as conhecidas “adaptações curriculares”.

As escolas que adotam essa estratégia, frequentemente prejudgam e delimitam previamente até onde o aluno com deficiência irá chegar a seu aprendizado, deixando de lhe proporcionar acesso ao mesmo conteúdo ministrado aos demais alunos, o que não se coaduna com a ideia de inclusão e de igualdade de oportunidades. As adaptações razoáveis se referem os meios de acesso, de consideração de diferentes abordagens para um mesmo tópico, o que comumente acontece nas adaptações curriculares.

O apoio necessário por sua vez, diz respeito a algo mais do que mera adaptação dos mesmos materiais e instrumentos utilizados pelos demais alunos. Ele trata daquilo que vai complementar o aprendizado de um aluno com deficiência e que não seria necessário para um aluno comum. Exemplo: um

professor de Língua Portuguesa como segunda língua para um aluno surdo. Tal profissional terá contribuições fundamentais que apoiarão o aluno surdo em sua trajetória de alfabetização, sem substituir o professor comum. Daí o nome de “apoio”.

Há momentos em que a necessidade específica dos alunos com deficiência, principalmente a mental, auditiva ou visual, fazem com que certos aprendizados tenham que ocorrer de maneira individual e separada dos demais alunos. É importante assegurar essa possibilidade, desde que, como assinalou a Convenção, essa garantia seja feita em prol de sua inclusão e não ao contrário. Para que isso ocorra, é preciso que essas medidas individualizadas não sejam ministradas no mesmo horário em que aquele aluno deveria estar frequentando a sala de aula comum.

A medida específica também é um tipo de apoio, mas os dois foram colocados de maneira separada na Convenção, para nós, isto ocorreu, pois há uma diferença entre apoio e medida específica de apoio. O apoio ocorre na mesma sala de aula, de maneira concomitante com o ensino, ou á parte, mas no mesmo contexto do ambiente escolar e tendo em vista o mesmo conteúdo escolar dos demais alunos. Já a medida específica são intervenções mais localizadas e podem até ocorrer em outra escola, numa escola especializada. E, para que não seja totalmente substitutivo, esse ensino deve ocorrer no contra turno. As formas de adaptações razoáveis são mais diversas e se modificam de aluno para aluno, até mesmo para aqueles que têm iguais deficiências. Elas vão sempre depender do ambiente em que está inserida a escola, a criança e serão definidas em conjunto pelos professores, familiares, alunos e, principalmente, pelos próprios alunos com deficiência interessados.

Os apoios e medidas especificam de apoio devem ser de interesse para os profissionais que se dedicam ao atendimento educacional especializado ou a educação especial.

## **2.1. Gestão de escola e gestão de classe como elementos constitutivos de atenção às diferenças.**

Mudanças na gestão da escola se configuram no sentido de torná-la mais democrática, participativa para o aluno, professores e demais atores neste espaço pedagógico. Significa compartilhar projetos e decisões e desenvolver uma política que compreenda o espaço da escola como um verdadeiro campo de ações pedagógicas e sociais, no qual as pessoas compartilham projetos comuns, cada um deles representando uma oportunidade real de desenvolvimento pessoal e profissional. A gestão na escola inclusiva tem um caráter colaborativo que implica no desenvolvimento de valores que mobilizam as pessoas a pensarem, viverem e organizarem o espaço da escola, incluindo nele todos os alunos.

Segundo Hines (2008), a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola para uma perspectiva inclusiva. A ação da direção é importante no sentido de guiar, estimular e facilitar a colaboração entre os professores do ensino comum e entre os professores especializados, sendo, portanto, o trabalho coletivo como tarefa incontornável por parte do contexto escolar. De acordo com o autor, quatro princípios devem fundamentar o trabalho do diretor na perspectiva da construção de uma escola que inclui. O primeiro diz respeito à manutenção de uma comunicação aberta com o corpo docente da escola, bem como estimular e intermediar a comunicação livre e honesta.

Dentro deste princípio, ele enxerga seis atividades que devem ser sugeridas aos professores: compartilhar experiências bem-sucedidas, agendar tempo para planejamento conjunto, registrar suas atividades, suas preocupações e o modo como conseguiram resolvê-las, visitar outras instituições que tenham experiência no processo de Inclusão. Coletar material de fontes diversas sobre a temática da inclusão e, finalmente comemorar cada acerto, como forma de valorizar as pequenas conquistas.

O segundo princípio consiste em compartilhar a liderança e estimular a troca de conhecimento, bem como empoderar os professores, fazendo-os

capazes de compartilhar suas experiências como professores especializados de modo a estimular a união das forças, e não a concorrência entre eles. O terceiro princípio refere-se ao estabelecimento de metas viáveis e objetivos comuns. Neste ponto, o autor reforça a ideia de trabalho conjunto entre professores regulares e professores especiais, sugerindo atividades que podem ser divididas ao mesmo tempo em sala de aula por ambos.

Por fim, o autor reforça a importância de trabalhar mediante uma sistemática de resolução de conflitos. O diretor deve esforçar-se para explorar de forma aprofundada as estratégias de resolução de conflitos que surgirão. Ouvir cada professor, estimular a comunicação entre eles, esclarecer pontos de divergência deixando claro para cada um a fonte do problema e sugerindo que cheguem a um ponto em comum deve ser parte indispensável do trabalho de uma gestão escolar inclusiva.

O aspecto da comunicação e da colaboração também foi identificado por Penaforte (2009) como fundamental no processo de construção de uma escola inclusiva. Na nossa compreensão, a gestão escolar compartilhada aumenta as possibilidades dos atores escolares assumirem os projetos da escola como de todos e minimizando as dificuldades do contexto e dos alunos, favorecendo as mudanças necessárias na gestão da sala de aula e conseqüentemente nas práticas pedagógicas. Isso significa transformar as práticas que temos hoje (na sua maioria, pautadas no conceito de homogeneidade) em práticas que atendam às diferenças dos alunos da sala de aula.

Esta transformação da escola não decorre apenas da demanda de crianças com deficiência que apresentam dificuldades para se apropriarem dos conteúdos escolares, mas também de uma grande parte daquelas consideradas normais que também apresentam dificuldades semelhantes, e ainda, por uma consciência coletiva de que a escola que temos já não atende mais as exigências da sociedade atual. Uma das grandes marcas da escola que inclui é a valorização do papel do aluno, qualquer que seja sua característica, visto que esta escola repousa sobre o princípio da contribuição.

Deste modo, a classe do ensino regular se constitui em um reagrupamento no qual cada aluno deve colaborar com o processo da construção do conhecimento dentro de suas possibilidades. A valorização do papel social do aluno só é possível na medida em que ele é reconhecido por seus pares como uma pessoa que traz uma contribuição, mesmo que seja modesta, ao desenvolvimento de saberes, de saber-fazer e do saber ser coletivo.

A criança percebe-se como um indivíduo que contribui para o desenvolvimento de saberes e do saber-fazer coletivo e retira disso múltiplas vantagens. Entretanto, essa participação ativa do aluno com deficiênciano contexto da sala regular só é possível se o professor perceber esse aluno como sujeito de aprendizagem e se conseguir organizar propostas didáticas que favoreçam essa participação. Os professores consideram que o processo de inclusão modifica a vida escolar e a relação com os demais membros da sua escola.

Figueiredo (2008) constatou que as professoras em contexto de inclusão atribuem em transformações não somente na gestão da sala, mas também em sua vida pessoal. Essas mudanças não se fazem de modo similar nem nas crenças dos professores quanto às próprias capacidades de efetuarem a mudança nem nos aspectos de investimentos dessa mudança. Alguns professores aderem rapidamente e demonstram confiança na possibilidade de desenvolverem uma pedagogia que contemple as diferenças de todos os alunos. Outros, ao contrário, resistem a essa ideia, e, há aqueles que se apropriam pouco a pouco dessa concepção e vão implementando pequenas mudanças no ensino e na gestão da classe.

Os aspectos de investimento das mudanças também diferenciam. Alguns atentam rapidamente para organização da classe e as formas de agrupamento de seus alunos; outros priorizam o desenvolvimento de atividades com diferentes propostas didáticas que favorecem as diferentes possibilidades de manifestação de aprendizagem por parte dos alunos e há os que começam a transformação pelo desenvolvimento da pedagogia de projetos.

A autonomia dos alunos se constitui no aspecto mais difícil de ser implementado pelos professores em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem. Garantindo a participação efetiva dos alunos em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem.

O professor deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, favorecendo a atividade conjunta entre eles, com e sem deficiência no momento da realização de projetos comuns. A colaboração estabelecida entre os professores, conforme já descrita anteriormente, é outro aspecto que deve ser ressaltado também na escola das diferenças.

Segundo os autores é possível ainda que dois ou mais professores trabalhem colaborativamente com grupos diferentes de estudantes em diferentes situações. Essas ações, certamente constituem-se em estratégias eficientes para a gestão da sala de aula que contempla todos os alunos da turma, permitindo ao professor seguir a evolução do desenvolvimento das competências dos alunos.

Muitas outras formas de colaboração são possíveis de serem implementadas no contexto de uma classe que vive o princípio da colaboração em detrimento à competição e compreendem o processo de construção do conhecimento como eminentemente cooperativo com o qual todos podem contribuir independentemente de limites ou dificuldades.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante de tantas necessidades apresentadas pelos representantes do ensino público nacional, considero que seja melhor poder cuidar delas antes de haver a imposição do acolhimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino público. Ainda segundo Aranha (2004), para sairmos da retórica em relação à educação inclusiva dependeremos do fortalecimento da



noção de responsabilidade coletiva, no que se refere à educação de todas as crianças e jovens brasileiros.

Num primeiro momento, a proposta da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular parece beneficiar somente a estes alunos, possibilitando o pertencimento em espaços nos quais parecia não caber, percebemos que a inclusão feita de forma ética e responsável permite a todos que participam do cotidiano escolar a oportunidade do convívio com as diferenças, da prática da tolerância, da perseverança e da busca de saídas criativas.

Do ponto de vista da escola comum, ressaltou-se o papel do Projeto Político Pedagógico como instrumento orientador desses espaços e a participação e comprometimento dos professores na elaboração e execução desse Projeto. Quanto à Educação Especial, reiteramos a necessidade de esta modalidade de ensino ser parte integrante do PPP, para que seus serviços possam ser trabalhados na perspectiva da educação inclusiva, como prevê a Política Nacional da Educação Especial. Se pensarmos que a escola é uma pequena amostra, reflexo e refletora da sociedade poderão imaginar que este é um passo, entre os tantos necessários, na construção de um mundo melhor.

A inclusão acontece quando a escola é capaz de dar respostas às diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio.

O professor pode ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas e para isso é necessário refletir sobre os desafios do cotidiano escolar.

Por este motivo, mesmo sabendo que são necessárias muitas mudanças no ensino, tanto público quanto privado, para podermos pensar na construção de uma sociedade que caminhe para relações com oportunidades para todos e

justiça social, tenho esperança de que o relatado, refletido e formulado aqui tenha contribuído, pelo menos, para o questionamento dos modelos estabelecidos e o estímulo na procura de novas alternativas.

Um sistema educacional inclusivo é aquele que proíbe a utilização de práticas discriminatórias e garante igualdade de oportunidades. As práticas discriminatórias abrangem as formas veladas de discriminação, entre elas, a alegação de despreparo associada à falta de iniciativa nesse sentido. A igualdade de oportunidades abrange tanto o acesso como a permanência no ambiente escolar.

A escola deve, a partir da sua realidade e das características individuais de cada aluno, buscar estratégias para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça com qualidade. A possibilidade de cada aluno traz e os objetivos traçados no projeto político pedagógico de cada escola é que fará com que a educação seja de qualidade para todos.

A escola pode ser de fato um lugar de competência social para qualquer criança, mas pode ser especialmente importante para as crianças com deficiências. É neste espaço que elas podem aprender com outras crianças, exercitar a sociabilidade por mais comprometida que seja e finalmente exercer um direito indisponível, o da educação. A prática urge medidas de transformação do contexto escolar. É preciso que conheçam melhor do processo de aprendizado, os quais possam auxiliar os professores com cada aluno no seu dia a dia.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZANHA, J.M.P. **Autonomia da escola: um reexame**. In: *Série Idéias*, n.16, São Paulo: FDE, 1993.

AMARAL, L. A. **A Integração Social e Suas Barreiras: representações culturais do corpo mutilado**. In: *Rev. Ter. Ocup.*, USP, 2 (4); p.188-195, 1991.

ANZIEU, D. **O Grupo e o Inconsciente**: O Imaginário Grupal. São Paulo: Casa do psicólogo, 1990.

AQUINO, J. G. **Do Cotidiano Escolar**: ensaios sobre a ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: transformação social ou retórica. In: OMOTE, S. (org.). **Inclusão**: intenção e realidade (pp. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.

ÁVILA, L. A. Psicanálise e Mitologia Grega. In: **Pulsional Revista de Psicanálise**, anos XIV/XV, n. 152/153, 7-18, 2001/2002.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia**: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. (Trad. de Emília de Oliveira Diehl). Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRANDÃO, J. S. **Mitologia Grega**. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes. (Vol II), 1995.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. In: Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, no. 19, pp20/28

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial.

Inclusão escolar: **O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

Mantoan.M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.